

A REGIÃO DO MATOPIBA: MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA, DINÂMICAS E TRANSFORMAÇÕES URBANAS, EM ESPECIAL OS CERRADOS PIAUIENSES

The Matopiba region: agricultural modernization, dynamics and urban transformations, especially the cerrados piauienses

Tiago Fernandes Rufo*
Fernando Luiz Araújo Sobrinho**
Gilvan Charles Cerqueira de Araújo***

***Universidade de Brasília - UnB / Brasília, Distrito Federal**
tiago.rufo@hotmail.com

****Universidade de Brasília - UnB / Brasília, Distrito Federal**
flasobrinho@gmail.com

*****Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF / Brasília, Distrito Federal**
gcca99@gmail.com

RESUMO

O objetivo deste trabalho é o de discutir e analisar a região denominada Matopiba no âmbito do planejamento/desenvolvimento regional e as devidas transformações socioespaciais emergentes, destacando as novas dinâmicas na economia urbana de Bom Jesus e Uruçuí — as duas principais cidades do agronegócio piauiense, verificando os novos processos urbanos e populacionais gerados pela expansão e consolidação da agricultura tecnificada. A metodologia para elaboração deste artigo baseia-se na leitura de trabalhos e produção de fichas de leituras, além da busca de dados e informações em instituições públicas, como no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), através dos Censos Demográficos de 2000 e 2010, além do *site* IBGE Cidades, bem como atividades de pesquisa em campo e discussão em grupo de pesquisa. Nesse contexto, o Matopiba foi considerado como resultado de diversas ações de fomento a expansão do agronegócio, onde o Estado teve papel fundamental na construção dessa região, privilegiando agentes hegemônicos, como: grandes empresas nacionais e transnacionais diretamente relacionadas ao agronegócio. Os cerrados piauienses, ocupados com maior intensidade a partir da primeira década do século XXI, é um dos exemplos onde evidencia-se as mudanças socioespaciais em curso no Matopiba, como alterações e transformações socioespaciais, além de mudanças nas relações econômicas em escala local e regional do recorte espacial apresentado e nas características da economia urbana, especialmente nas cidades Bom Jesus e Uruçuí.

Palavras chaves: Matopiba. Agronegócio. Cerrados piauienses.

ABSTRACT

The main purpose of this paper is to discuss and analyze the region called Matopiba in the regional planning and development extent, and socio-spatial transformations, highlighting the new dynamics in the urban economy from Bom Jesus and Uruçuí, two cities of Piauí agribusiness, new urban and population processes by the expansion and consolidation of technified agriculture. The methodology for the elaboration of this paper was based on the record's reading of works and production of data sheets, as well as the search for data and information in public institutions, such as the Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), through the 2000 and 2010 Demographic Censuses, in addition IBGE Cidades website, and also research activities in the field and discussion in a research group. In this background, Matopiba was considered as a result of other regions, where the State's acts it has a fundamental role in the construction of this region, privileging large hegemonic agents, such as wide transnational and national companies linked to agribusiness. The cerrados piauienses, which have been occupied most intensively since the first decade of the 21st century, are one of the

examples in which we can bring to discussion is the socio-spatial changes taking place in Matopiba, with changes and socio-spatial transformations, as well as changes in local and regional scale at economic relations of the spatial area presented and in your urban characteristics, especially Bom Jesus and Uruçuí cities.

Keywords: Matopiba. Agribusiness. Cerrados piauienses.

1. INTRODUÇÃO

Atualmente, um dos processos socioespaciais de grande impacto no território brasileiro, em razão do seu peso na economia e transformação das paisagens, é a expansão da fronteira agropecuária no país, sobretudo para áreas interioranas, como é o caso da atual Região Produtiva do Agronegócio (ELIAS, 2017) do Matopiba, sigla que representa os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. Tais recortes passam por intensas transformações econômicas, ambientais e sociais. Esse processo de ocupação dos cerrados inicia-se no decorrer da década de 1970, apoiado pelo Estado brasileiro através de projetos de colonização agrícola, financiamento e incentivos ao setor agropecuário, principalmente o destinado a exportação de *commodities*, e promovendo nova configuração econômica no Brasil (PESSÔA, 2013).

Assim posto, o objetivo deste trabalho é o de discutir e analisar a região do Matopiba, no âmbito do planejamento/desenvolvimento regional e as devidas transformações socioespaciais emergentes, principalmente na questão urbana nas cidades do agronegócio piauiense. Nesse caso, atribuir-se-á um foco maior nas novas dinâmicas na economia urbana de Bom Jesus e Uruçuí — as duas principais cidades do agronegócio piauiense.

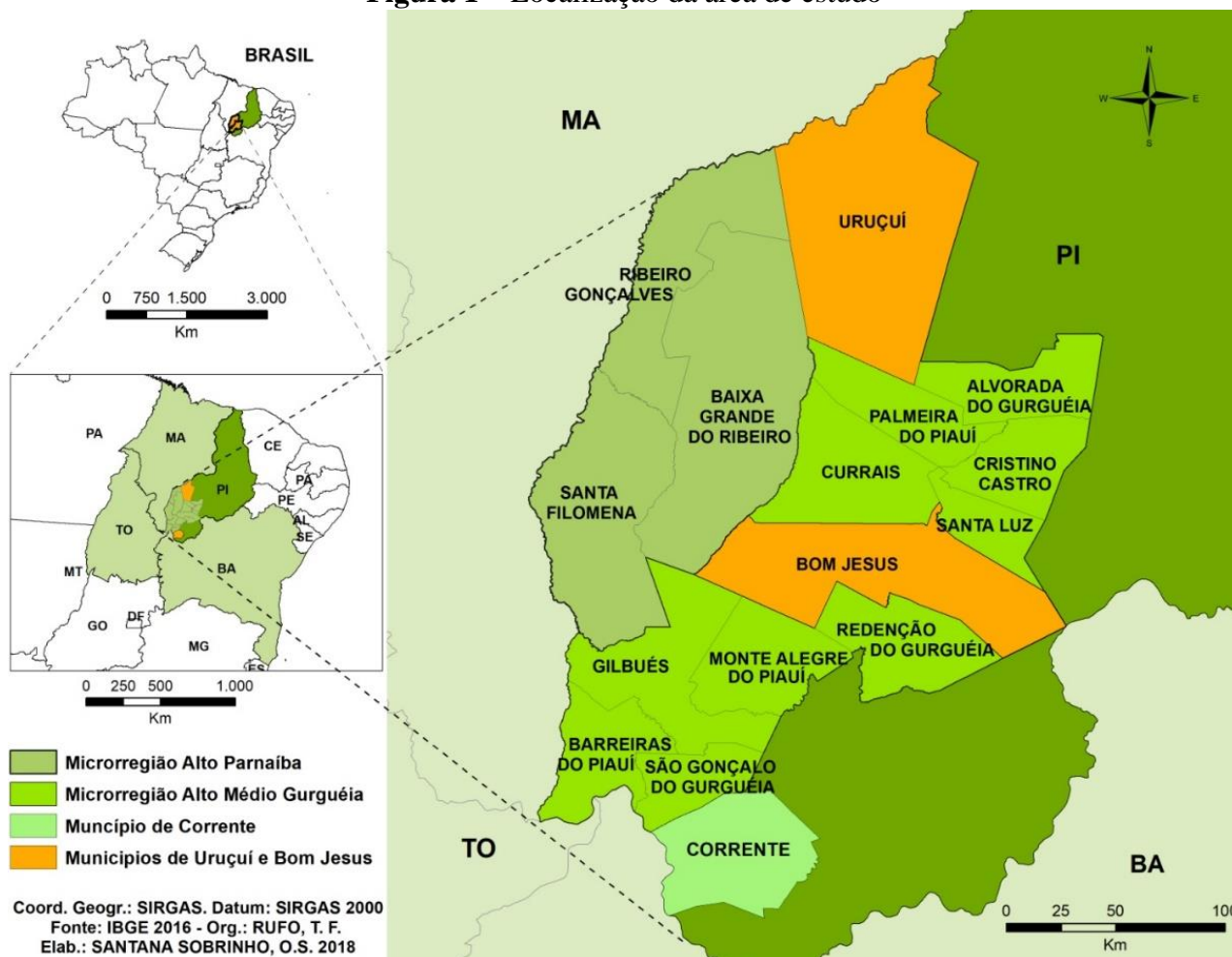
Pela figura 1, observa-se a localização da região denominada como cerrados piauienses, na qual estão localizadas as duas Microrregiões com maiores índices produtivos relativos ao agronegócio: Alto Médio Gurguéia, que contempla onze municípios, e Alto Parnaíba, que abrange quatro, sendo respectivamente Bom Jesus e Uruçuí os centros urbanos de apoio às atividades do agronegócio em cada uma das microrregiões, configuradas assim como cidades do agronegócio piauiense e do Matopiba. Selecionou-se também o município de Corrente, localizada na Microrregião Chapadas do Extremo Sul Piauiense, em decorrência de sua importância regional, aliada à presença de atividades agropecuárias modernas.

Como metodologia, foram selecionados textos relacionados ao tema e a realização de fichas de leituras, além de discussões no grupo de pesquisa Governagro: Governança, Agronegócio e Redes de Produção Global formado por professores, pós-graduandos e graduandos do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília. Como um dos recursos metodológicos, optou-se pela utilização de parte da matriz metodológica proposta por Elias (2011, 2012, 2017), na qual estabelece eixos estruturantes no estudo de Regiões Produtivas Agrícolas, dentre eles está o eixo de economia urbana. Dessa forma, definiu-se as seguintes variáveis atreladas ao eixo de análise: a taxa de urbanização, número de empresas atuantes, de endereços urbanos, de trabalhadores assalariados, de edificações em construção e de trabalhadores assalariados por setor de atividade econômica.

Dessa forma, a pesquisa documental, visando a exploração de dados primários, foi baseada na busca de dados estatísticos dos censos demográficos de 2000 e 2010 do IBGE e no site IBGE Cidades. Além disso, foram realizadas quatro pesquisas de campo entre 2015 e 2017, com o objetivo de identificar as transformações urbanas, entre as quais se encaixa o eixo da economia urbana. Para isso, foram feitos registros de impressões através de roteiros não estruturados e registros fotográficos. O artigo é composto, assim, de três seções complementares entre si. Inicialmente, apresenta-se um apanhado dos antecedentes da formação do Matopiba enquanto Região Produtiva do Agronegócio, as políticas do Estado que favorecem esse processo e a caracterização das cidades do agronegócio dos quatro estados da região, especialmente em relação às questões demográficas e urbanas. No segundo momento, investe-se na caracterização do processo histórico de modernização agrícola dos cerrados piauienses, com o objetivo de identificar e caracterizar as fases do processo de tecnificação

da atividade agrícola na região. Ao final, na terceira seção, o objetivo principal é o de verificar as transformações em curso na economia urbana das cidades do agronegócio piauiense como reflexo da consolidação do agronegócio globalizado na região.

Figura 1 – Localização da área de estudo



Fonte: Org.: RUFO, T. F. Elab.: SANTANA SOBRINHO, O. S. (2018).

2. A FORMAÇÃO DO MATOPIBA ENQUANTO REGIÃO PRODUTIVA DO AGRONEGÓCIO

O processo de modernização agrícola brasileira inicia-se no eixo Centro- Sul do Brasil, primeiramente com a produção de trigo no Rio Grande do Sul entre as décadas de 1940 e 1950, seguindo em 1950-1960 com o binômio trigo-soja para oeste-noroeste do Paraná e oeste de Santa Catarina e, posteriormente, chegando em 1960, ao Mato Grosso do Sul, em Mato Grosso no decorrer das décadas de 1970 e 1980, já com a soja como principal produto da agricultura moderna, há o fortalecimento da agroindústria nessa região (MOREIRA, 2012). Esse período coincide com o milagre econômico brasileiro, baseado na modernização da estrutura industrial e agrícola brasileira (ARAÚJO, 1993).

Esse momento de modernização agrícola atrelado ao contexto da chamada *Revolução Verde*, presente no pós-guerra e que empreendeu o uso intensivo de pacotes tecnológicos na agricultura, “prometia” mudanças na segurança alimentar e na qualidade de vida da população mundial (PESSÔA, 2013). Entretanto, Santos (2003), aborda que a *Revolução Verde* foi muito mais discurso do que propriamente realidade, visto que envolve publicidade gigantesca em razão da ênfase na

comercialização de fertilizantes, de sementes, máquinas e equipamentos, com efeitos perversos tanto no campo brasileiro como na concentração da estrutura fundiária e no aumento dos conflitos sociais e ambientais no campo.

A partir da década de 1970, outros recortes do eixo Norte e Nordeste também passam a receber atenção especial dos grandes agricultores, especialmente oriundos do Centro-Sul brasileiro, do Estado, das empresas agrícolas nacionais e transnacionais, entre as quais se destacam a Bunge Alimentos, a Cargill e a Archer Daniels Midland Company (ADM), e agentes econômicos, como bancos, instituições de pesquisa e de apoio às atividades agroindustriais. Tal interesse ocorreu devido à forte ocupação do Centro-Sul brasileiro e encarecimento das terras e da mão de obra. Esse contexto também se relaciona ao II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), que teve como foco as mudanças nas bases tecnológicas da indústria brasileira, a modernização do campo e incentivos à produção de fertilizantes, de defensivos agrícolas e máquinas agrícolas (MOREIRA, 2012). Esse fato contribuiu para alavancar as ocupações nas áreas de cerrados do Brasil e impulsionar o desenvolvimento da agroindústria e modernização do campo.

Essa lógica de ocupação do território brasileiro é parte do processo de globalização, onde nota-se a associação do Estado com agentes financeiros e econômicos, como empresas e bancos transnacionais, e a consequente submissão do Estado a esses agentes hegemônicos (MATOS, 2005). Segundo Silva (1997), o processo de globalização é o grande responsável pelas transformações atuais presentes nos espaços rurais e urbanos, pois há o estabelecimento de intensas mudanças das formas de produção – que provem da modernização desses espaços –, o que contribui para a alteração da localização dos grandes empreendimentos econômicos. É o caso da ocupação pelo agronegócio de novas áreas de cerrados do Brasil.

Dessa forma, têm-se a configuração do eixo conhecido como *Centro-Norte do Brasil* (ALVES, 2015) ou de *Brasil Central*, ou seja, contemplando os estados da região Centro-Oeste e partes dos estados de Minas Gerais, Tocantins, Bahia, Piauí e Maranhão. Portanto, a agricultura moderna gera inúmeras reconfigurações socioespaciais nas novas áreas do agronegócio globalizado. Moreira (2012) destaca esse processo na seguinte passagem:

Trata-se do começo de expansão de território em que a agroindústria avança das fronteiras da região Sul para as fronteiras do Norte (o “nortão” de Mato Grosso), Nordeste (oeste da Bahia) e Meio-Norte (sul do Maranhão e Piauí) através da passagem pelo miolo do Centro-Oeste, em grande parte sobreposta ainda do polígono industrial (MOREIRA, 2012, p. 263).

Surgem então regionalizações no Brasil em decorrência da incorporação de técnicas modernas de agricultura e que permitiu grande pujança da produção agrícola, o que transformou o país em um dos maiores produtores de *commodities* do planeta (ELIAS, 2011). Tal fato contribui fortemente para o atual discurso que enaltece o agronegócio como a atividade econômica que alavanca a economia brasileira. Logicamente, o Estado é um dos responsáveis por essa consolidação do agronegócio como centro da economia nacional, inclusive na origem desse processo, especialmente entre as décadas de 1960 e 1980, onde, segundo Moreira (2012), incentivou pesquisas para corrigir a fertilidade dos solos do cerrado e aumentar a produtividade, além do melhoramento genético de sementes, sobretudo da soja.

Sendo assim, o oeste baiano, o sudoeste piauiense, o sul maranhense e o leste tocantinense passam a receber os primeiros agricultores, vindos especialmente do sul brasileiro. Estes migrantes ficaram amplamente conhecidos nessas áreas como “gaúchos”, independente se o seu local de nascimento é ou não o Rio Grande do Sul. Tais personagens ditos “desbravadores dos cerrados”, são os agentes que iniciam o processo de ocupação e plantio da soja nas áreas planas dos cerrados do Brasil Central (MOREIRA, 2012). A migração gaúcha para outras regiões do país faz parte de um regionalismo típico, sendo um movimento político e de identidade regional, mas que também revela o viés econômico e territorial na busca por novas áreas (HAESBAERT, 2010).

Segundo Haesbaert (1998), o processo migratório de gaúchos para áreas dos cerrados nordestinos, inicialmente para o oeste baiano, envolve a noção rede regional, pois há a construção de elos entre as diferentes áreas ocupadas, com grande protagonismo sobre a política local e com impactos diretos na economia local, nas transformações urbanas, no incremento dos condomínios fechados de alto padrão, além da emergência de comércios diferenciados, como churrascarias e redes de hotéis, como verificado em Bom Jesus e Uruçuí, as cidades do agronegócio piauiense.

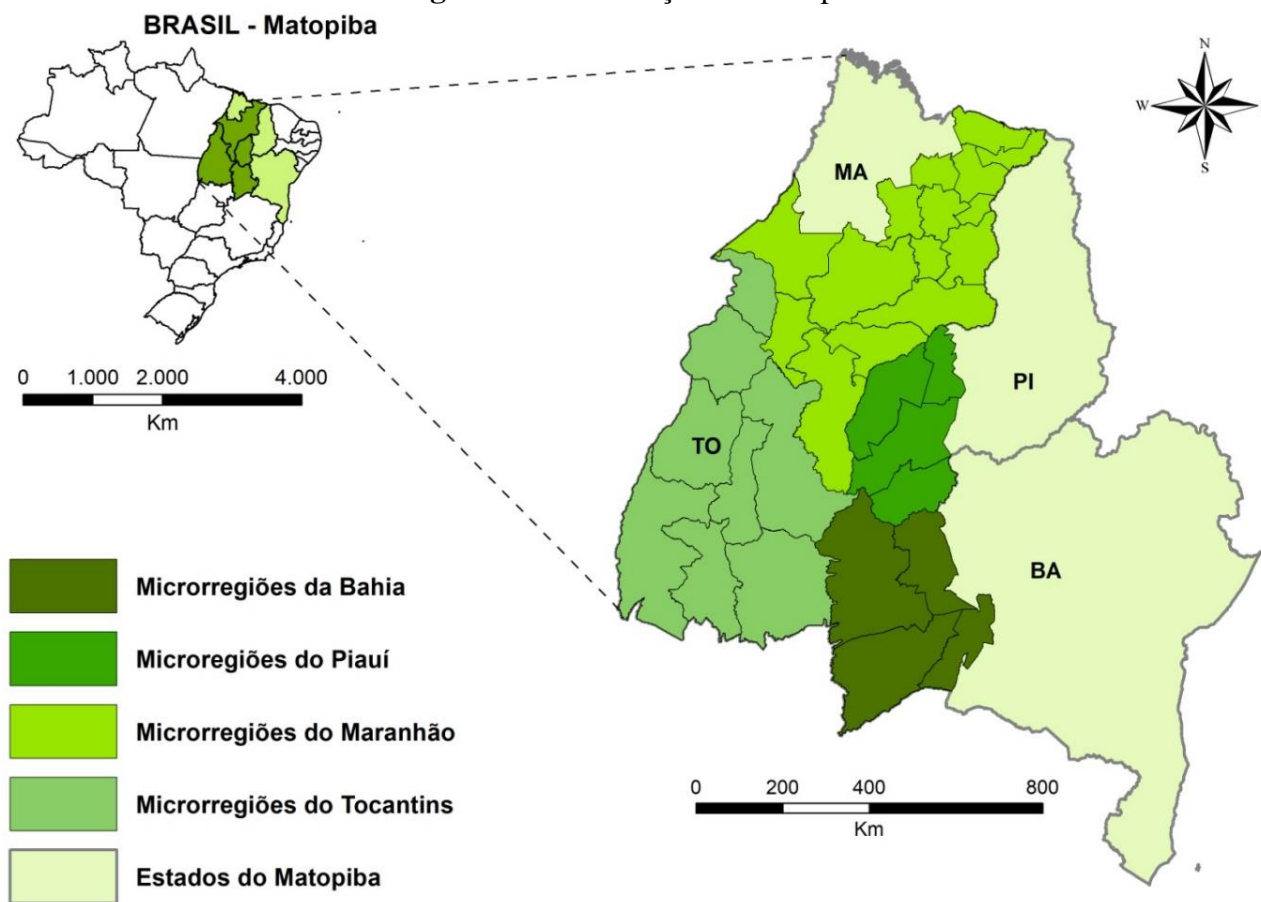
Esses recortes espaciais, onde predomina o bioma dos cerrados, podem ser considerados como áreas de reservas destinadas à agricultura moderna, ligados à ideia de Elias (2012), baseada em Milton Santos, intitulada de *exército de lugares de reserva* para o agronegócio, ou seja, os agentes hegemônicos selecionam áreas ainda não incluídas em dinâmicas produtivas do agronegócio e com ocupação demográfica rarefeita, mas que possuem potencial de produção agrícola. Essa realidade expressa o planejamento regional no Brasil, onde o Estado teve papel preponderante, oferecendo infraestrutura e incentivos fiscais para a expansão da fronteira agropecuária (ARAÚJO, 1993).

Dessa forma que parte significativa dos cerrados dos três estados nordestinos do Matopiba (Bahia, Piauí e Maranhão) foi ocupada e transformada. Conforme Elias (2012), o cerrado revela-se extremamente atrativo para agricultores e empresas nacionais e transnacionais ligadas à agricultura moderna, pois apresenta em seu conjunto: áreas planas favoráveis a mecanização, abundância de recursos hídricos, solos passíveis de correção e elevada produtividade, terras a preços baixos e com pouca ou nenhuma resistência a expansão do agronegócio globalizado. Moreira (2012) destaca que além da agroindústria frutícola, instalada inicialmente nos estados da Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Norte, o Nordeste brasileiro recebe atenção do Estado na agroindústria baseada na produção de soja, ocupando áreas do oeste da Bahia e sul do Piauí e Maranhão e, segundo esse mesmo autor, criando uma região no velho espaço regional nordestino.

Nesse contexto, as agências de desenvolvimento, especialmente a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), tiveram papel fundamental na ocupação dos cerrados dessas regiões, pois foram responsáveis pelos incentivos e implementação de infraestrutura. Além disso, o Estado atuou na formulação do Sistema Nacional de Créditos, na criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e com os Programas Especiais de Desenvolvimento Agrário (ARAÚJO, 1993; PESSÔA, 2013).

Dessa forma, nasce o chamado Matopiba, região que evidencia o quanto é complexo o debate em torno das questões que envolvem o processo de regionalização no atual momento, onde as fronteiras, distâncias e limites são questionados em razão do crescimento de atividades econômicas globalizantes, sobretudo com o ímpeto das redes de telecomunicações, as interligações econômicas e estabelecimento dos fluxos acelerados (SILVEIRA, 2006; HAESBAERT, 2010). Entretanto, Haesbaert (2010), defende que a região deve ser encarada como produto e produtora das dinâmicas relacionadas à globalização e fragmentação, ou seja, a região também possui seu protagonismo e não se pode decretar a sua morte enquanto conceito e fato.

A região do Matopiba pode ser encarada como síntese do processo de formação territorial da porção *Centro-Norte* do Brasil, a partir de preceitos globalizantes, onde o Estado atua de forma centralizadora no beneficiamento de agente hegemônicos, excluindo os menos favorecidos — comunidades tradicionais, gerazeiros, vazanteiros, indígenas e comunidades quilombolas, assentamentos da reforma agrária, agricultores familiares —, ou seja, grupos que não necessariamente vivem do agronegócio ou fazem parte das redes de produção globais. Concretamente, o Matopiba tornou-se região de planejamento e aplicação de políticas públicas. A criação do Plano de Desenvolvimento Agropecuário - PDA do Matopiba foi fundamentada pelo decreto presidencial nº 8.447, de 06 de Maio de 2015. Na figura 2, pode-se observar a localização da região:

Figura 2 – Localização do Matopiba

Coord. Geogr.: SIRGAS - DATUM: SIRGAS 2000
 Fonte: GITE 2015. IBGE 2016
 Org.: RUFO, T.F. Elab.: SANTANA SOBRINHO, O.S.

Fonte: RUFO, T. F (org.), SANTANA SOBRINHO, O.S. (Elab.) (2018).

Segundo dados do PDA-MAPITOBA, 38% da área dessa região pertence ao estado de Tocantins, 33% ao Maranhão, 18% à Bahia e 11% ao Piauí. Essa proposta de delimitação foi elaborada pelo Grupo de Inteligência Territorial Estratégica (GITE), idealizado através de acordo entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e Embrapa. Foram integrados 31 microrregiões e 337 municípios dos quatro estados, envolvendo uma área total de 73.173.484,58 ha. (BRASIL, 2015). O que revela a lógica presente no Brasil, que é da seleção de espaços privilegiados, gerando assim desequilíbrios territoriais, além disso, evidencia o quanto a política de desenvolvimento regional no país é pautada no atendimento dos interesses de atores hegemônicos (ROCHA NETO; BORGES, 2011).

Em cada estado há cidades representativas do agronegócio, conhecidas como *cidades do agronegócio*: Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, na Bahia, Bom Jesus e Uruçuí, no Piauí, Araguaína, no Tocantins¹, e Balsas, no Maranhão. Esta representatividade das cidades, fazendo pontes socioespaciais com o conceito regional e territorial do Matopiba, está relacionada à ideia de uma integração escalar ao papel de integração espacial a partir da regionalização, situações conceituais e concretas das analisadas por Correa (1987) e Horta (2013).

Essas cidades foram selecionadas estrategicamente pelos agentes com a funcionalidade de suporte ao agronegócio. São centros urbanos onde há presença de empresas agrícolas, de redes ligadas ao comércio e são espaços centralizadores de equipamentos urbanos e infraestruturas, além da atração de mão de obra, do alto grau de urbanização e de expansão física da área urbana. Os papéis dessas cidades foram redefinidos pelo agronegócio, e, dessa forma, alteraram-se a configuração da rede

urbana, as questões ligadas à centralidade e a reestruturação urbana local e regional (SPÓSITO, 2015). Na tabela 1, pode-se observar os dados populacionais desses municípios:

Tabela 1 – Síntese dos dados populacionais dos municípios do agronegócio do MAPITOBA (2000-2010)

Município/UF	População 2000	População Urbana 2000	Taxa de Urbanização 2000	População 2010	População Urbana 2010	Taxa de Urbanização 2010
Barreiras/BA	131 335	115 331	87,8%	137.427	123.741	90%
Luís Eduardo Magalhães	20.000*	-	-	60.105	54.881	91,3%
Balsas/MA	60.163	50.132	83,3%	83.528	77.771	87,1%
Uruçuí/PI	17.003	11.106	65,3%	20.149	15.505	77%
Bom Jesus/PI	15.898	10.942	68,8%	22.629	17.623	77,9%
Araguaína/TO	113.090	105.822	93,6%	150.484	142.925	95%

Fonte: IBGE (2000, 2010). Adaptado pelos autores (2019).

Pela tabela 1, percebe-se a inexistência dos dados referentes à população urbana e à taxa de urbanização de Luís Eduardo Magalhães em 2000, pois foi justamente nesse ano que o município foi criado a partir do desmembramento do município de Barreiras. A população do ano 2000 era de cerca de 20 mil habitantes (ALVES, 2005). Assim, observa-se que em todos esses municípios houve crescimento populacional significativo, bem como o aumento da taxa de urbanização, que se deve aos novos dinamismos gerados em razão das dinâmicas socioespaciais ligadas ao agronegócio.

Também é importante ressaltar que as principais cidades do agronegócio no Piauí são, justamente, os municípios menos urbanizados e com menor população total entre os considerados na tabela 1, o que sinaliza o caráter tardio da inserção dos cerrados piauienses na dinâmica da agricultura moderna brasileira. Da mesma forma, também é evidente o crescimento populacional do município de Luís Eduardo Magalhães, que tem atraído grande quantidade de migrantes provindos do Centro Sul brasileiro e de municípios vizinhos, o que indica a tendência de diminuição da centralidade de Barreiras no oeste baiano, o que, em certa medida, explica o menor crescimento populacional e da taxa de urbanização do município em relação a Luís Eduardo Magalhães.

Apesar de ser um município recente, com apenas dezessete anos, Luís Eduardo Magalhães cada vez mais reconfigura sua paisagem, sobretudo a urbana, com a expansão de bairros de alto, médio e de baixo padrão de moradia, por exemplo. Elias (2011) destaca algumas características de sua paisagem urbana:

Um visitante desavisado vai se surpreender ao chegar à cidade e se deparar com as grandes lojas de tratores, colheitadeiras, insumos químicos etc. que se perfilam pela entrada principal de Luís Eduardo Magalhães. O espanto continua quando, logo em seguida, o visitante se depara com as plantas industriais da Bunge, com seus portentosos silos, dentro do perímetro urbano da cidade, junto à área residencial (ELIAS, 2011, p.163).

Pode-se afirmar que todas as cidades do agronegócio apresentam reconfigurações das áreas urbanas e rurais – há grande concentração da população na zona urbana, além de modificações no comércio e serviços, dos novos agentes, da presença de eventos diferenciados e exclusão socioespacial representativa e crescente. Quanto à última questão, parte-se das ideias de Carlos (1998), que trata da questão da fragmentação do solo em parcelas a partir da sua apropriação privada. Nesse aspecto, o conceito de exclusão socioespacial é bem difundido em estudos de Geografia Urbana e diz respeito, segundo a autora, ao processo de segregação espacial, na medida em que os homens são reconhecidos pelos lugares onde residem. Autores como Elias e Pequeno (2007), abordam também o conceito de desigualdades socioespaciais, tendo em vista que a difusão do agronegócio globalizado acontece de maneira social e espacialmente excludentes. Portanto, nas cidades do

agronegócio, como Bom Jesus e Uruçuí, no caso piauiense, há a ampliação das desigualdades socioespaciais, e conseqüentemente, da exclusão socioespacial, tendo em vista, por exemplo, o surgimento de condomínios residenciais de alto padrão em meio a bairros precarizados.

Em relação às elevadas taxas de urbanização, pode-se considerar que este fenômeno ocorre tanto por conta da migração de sulistas para essas cidades, como também de migrantes vindos de outros municípios vizinhos para as áreas urbanas das cidades do agronegócio, entre eles camponeses.

Para Elias (2006a; 2006b), como também para Alves (2005), o oeste baiano, polarizado e centralizado pelo município de Barreiras, foi a primeira porção territorial da região Nordeste inserida na dinâmica da agricultura moderna, mais especificamente na produção de grãos, angariada pela soja. Segundo Haesbaert (1998), os sulistas chegaram nessa região e se depararam com uma área com características da região Centro-Oeste. De fato, para Alves (2005), o oeste baiano é a área mais consolidada em relação ao agronegócio, centralizando algumas atividades nos cerrados nordestinos, inclusive recepcionando fluxos de produtores vindos de outros estados em busca do comércio e serviços voltados para a venda de maquinários e peças, além de possuir melhor infraestrutura em relação ao escoamento da produção.

Atualmente, nota-se a expressiva importância da cidade de Luís Eduardo Magalhães, localizada distante de Barreiras cerca de 127 km, e com a qual se encontra associada no comando da rede urbana do oeste baiano. Chama a atenção as intensas transformações dos espaços urbanos e rurais e a expressiva polarização da área de influência dessas cidades, com destaque para vários municípios inseridos na rota da expansão da fronteira agrícola. Luís Eduardo Magalhães e Barreiras, além de grandes produtores de grãos, são municípios que funcionam como articuladores e centralizadores de determinados serviços e equipamentos, inclusive para outros estados, como o Piauí.

Segundo o IBGE (2008), Barreiras e Luís Eduardo Magalhães possuem grande articulação com Brasília, tanto que a BR-020 interliga a capital do país ao oeste baiano. Barreiras constitui-se como grande centro polarizador dos cerrados nordestinos – a construção de Brasília acabou por ceder a Barreira importante localização, já que se tornou rota obrigatória para a população que migrava para a recém criada capital do Brasil, no entroncamento de ligação entre as regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste do país (ALVES, 2005). As duas cidades apresentam significativas transformações nos seus espaços urbanos, como, por exemplo, no processo de verticalização, no surgimento de comércios e serviços diferenciados, na elevada quantidade de eventos de grande porte, ligados à agricultura e à música, além da presença de áreas periféricas e bairros de alto padrão etc. (ALVES, 2005).

Hoje, Luís Eduardo Magalhães, antigo Distrito denominado Mimoso do Oeste, pertencente a Barreiras, se destaca no Nordeste e no contexto nacional como um dos mais importantes municípios do agronegócio, com presença de empresas multinacionais, como a Bunge e a Cargill (ALVES, 2005). É conhecida como cidade do agronegócio e possui localização privilegiada, pois está situada exatamente no entroncamento de redes viárias e de áreas de influência de duas capitais de estados e a capital do país: Palmas-TO, Salvador-BA e Brasília (ALVES, 2005). Nas palavras de Elias (2011),

Luís Eduardo Magalhães é um dos lugares de reserva recentemente tomado pelas grandes empresas associadas às redes agroindustriais hegemônicas do complexo carnes-grãos (especialmente a multinacional Bunge Fertilizantes e Bunge Alimentos, instadas na década de 1980) (ELIAS, 2011, p.162).

A autora, assim, destaca o papel da atuação de empresas hegemônicas ligadas ao capital financeiro internacional na influência da reconfiguração das paisagens urbanas e rurais das cidades do agronegócio. A população total do município de Luís Eduardo, por exemplo, tem aumentado: em 2007, era de 44.265 habitantes, e já no censo de 2010, era de 60.165 habitantes. As projeções do IBGE (2018) indicam, ainda, que a população atual é em torno de 84.763 habitantes. Tal crescimento está diretamente relacionado às mudanças geradas pela agricultura moderna.

Desta forma, o oeste da Bahia² é um espelho de como se configura o agronegócio, sobretudo o baseado na produção de soja, e demonstra que o Nordeste brasileiro apresenta significativas

transformações socioespaciais e regionais em curso. É possível falar até em uma ampliação das desigualdades regionais decorrentes destas transformações advindas das novas dinâmicas territoriais do agronegócio na região, processo este que para Moreira (2012, p.272), revela que essa região “se quebra numa porção oriental e ocidental que se dão as costas”.

Já o sul do Maranhão e do Piauí foram inseridos na dinâmica do agronegócio entre o final da década de 1980 e o início da década de 1990 (ELIAS, 2006a). No Maranhão, o município de Balsas exerce o comando das ações em relação à agricultura moderna. Possui 83.528 habitantes (IBGE, 2010a) – sendo que, no censo 2000, esse município possuía 60.163 habitantes. Vale ressaltar que a população urbana do município é de 77.771 habitantes (IBGE, 2010a). E a população rural, é de 5.750 habitantes, de maneira que cerca de 93% da população de Balsas vive na área urbana, fato que, segundo Alves (2005), diferencia Balsas do contexto dos municípios do sul do maranhense, dos quais a maior parte apresenta população rural mais expressiva. Além disso, o mesmo autor revela que Balsas acaba atendendo as necessidades internas e dos municípios vizinhos, mesmo de municípios piauienses, como Santa Filomena e até Uruçuí.

Segundo Alves (2005) e Elias (2006a), os cerrados piauienses foram inseridos mais tardiamente em relação aos demais estados, sendo mais intensamente povoados por grupos sulistas a partir da segunda metade da década de 1990, influenciados pela expansão da fronteira agrícola no oeste baiano e no sul do Maranhão. No Piauí, as cidades de Bom Jesus e Uruçuí exercem a centralidade em torno do agronegócio.

No Estado de Tocantins, por sua vez, quem realiza o controle das ações em relação à agropecuária moderna é o município de Araguaína, que é um dos municípios mais populosos da região do Matopiba, com 154.484 habitantes (IBGE, 2010a), a cidade angaria maior projeção a partir da construção da rodovia Belém-Brasília nos anos 50 (GOMES JUNIOR, 2015). Essa cidade é comumente conhecida como “capital do boi gordo”, e possui o segundo maior PIB municipal, bem como a segunda maior população do Tocantins, perdendo somente para a capital Palmas. Araguaína pode, ainda, ser considerada como espelho do avanço das atividades ligadas à agricultura e à pecuária moderna, pois nota-se que, apesar desse município se destacar na produção de carne bovina, se encontra localizado em uma área de influência da agricultura moderna, o que revela a tendência de complementação e localização próxima de ambas as atividades em diferentes recortes espaciais no Brasil, já que, por exemplo, muitos fazendeiros cultivam soja e milho para a produção de ração animal e engorda através do sistema de confinamento.

Após esta caracterização das cidades do Matopiba, pode-se afirmar, inspirando-se em Castilho (2016), que a formação dessa região é resultado da agregação ou singularizações de outras porções regionais, expondo que em períodos distintos, muitas regiões surgem em decorrência de outras, ou seja, uma região surge em razão da necessidade de outra, e nesse aspecto, o autor evidencia o caráter centralizador das ações em torno das classes dominantes, ligadas às atividades econômicas (HORTA, 2013). Dessa forma, segundo Moreira (2012), grande parte do Matopiba já apresenta certas características na paisagem semelhantes ao Centro Oeste brasileiro, pois o oeste baiano, sul do Maranhão e do Piauí, vem sendo ocupados por agentes econômicos extra regionais e recebido cada vez mais capitais e capitalistas não nordestinos.

Esse processo já ocorreu justamente na formação do Centro-Oeste brasileiro, que “surge” em decorrência de demandas de outras regiões, especialmente do eixo Sul-Sudeste, na transferência de parte das demandas agropecuárias para o novo *front* de expansão da agroindústria localizado na região central do país à época (MOREIRA, 2012). Assim, o Matopiba se insere nesse contexto de expansão de atividades hegemônicas da atividade agropecuária decorrentes da demanda econômica de produção e consumo do Centro-Sul brasileiro. Por isso, é equivocado afirmar que o processo de desconcentração da estrutura produtiva revela uma perda da centralidade do Sudeste, especialmente de São Paulo, pois, segundo Moreira (2012), trata-se de um processo dialético de desconcentração e centralização, visto que ao mesmo tempo em que a capital paulista vem perdendo plantas industriais

e desconcentrando a sua estrutura produtiva, ela ganha ainda mais poder de decisão, centralizando as ações econômicas.

Nesse sentido, o contexto de São Paulo mostra uma tendência mundial de diminuição das funções industriais das metrópoles, entretanto, acompanhado do crescimento da sua funcionalidade de comando (SPÓSITO, 2015). Ou seja, o Matopiba obedece ao padrão defendido por Araújo (1993), no qual afirma que as economias dos lugares estão cada vez mais sendo conduzidas pelas dinâmicas externas e nacionais e não mais locais. Trata-se das recentes e constantes mudanças na estrutura produtiva do Brasil, onde atualmente nota-se a expansão dos serviços, das indústrias, da agricultura e do setor mineral para variados recortes territoriais do país.

Entretanto, o Matopiba analisado enquanto região, ainda carece de maior identidade regional, conceito diferente do de identidade da região (CORRÊA, 1987; HAESBAERT, 2010). Assim, essa região encontra-se cada vez mais atrelada aos aspectos econômicos do que propriamente com a identidade dos seus habitantes e com a ideia de uma circunscrição regional, com a cultura e com os aspectos sociais, pois ela é resultado da construção arquitetada por agentes hegemônicos.

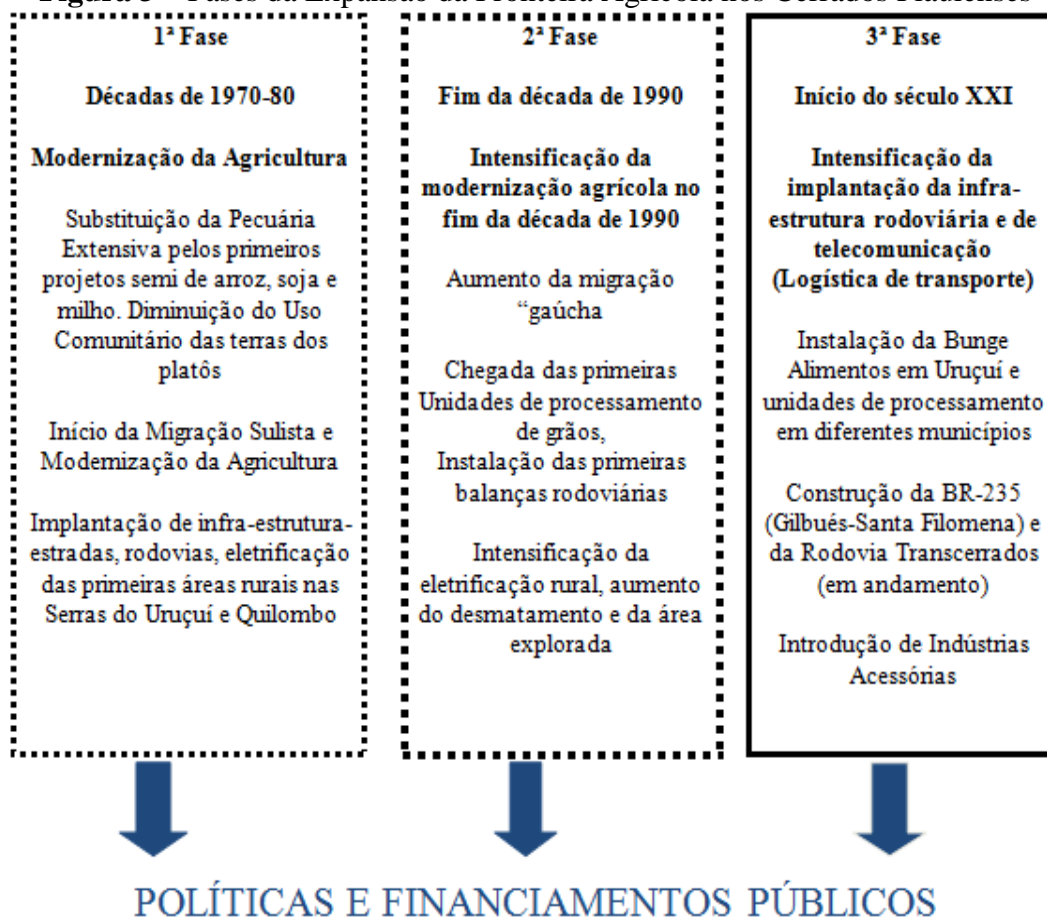
Nesse sentido, falta ao Matopiba o que Santinha (2014) denomina de princípio da coesão territorial e regional, ou seja, trata-se de uma região que não é pautada no desenvolvimento socioeconômico harmônico, equilibrado e equitativo. Entretanto, é importante destacar a dialética da integração regional, fomentado pelo Matopiba, a depender da movimentação dos recursos agroindustriais, interesses sociopolíticos, cenário econômico local e regional, além da relação com a lógica global das commodities que a região se conecta. Nesse caso, pode-se considerar que o desenvolvimento se alinha com questões sociais, políticas e econômicas, agregando a si, também, o crescimento econômico, sinalizado amplamente como aferível devido aos números recentes da produção agroindustrial no Matopiba, com a imposição de amplas reconfigurações nos espaços urbanos e rurais, como no caso piauiense, tópico da próxima seção.

3. O PROCESSO HISTÓRICO DE MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA PIAUIENSE

A modernização agrícola nos cerrados piauienses foi iniciada ao final da década 1970 e intensificada ao final da década de 1990 (MONTEIRO, 2002). Este processo da ocupação de grandes lavas de terras nos chamados platôs piauienses, do crescimento da produção e das áreas ocupadas ocorreu, de fato, na primeira década do século XXI, período que coincide justamente com a instalação da primeira unidade de processamento de grãos da Bunge Alimentos no ano de 2005 em Uruçuí, localizado próximo à fronteira com o estado do Maranhão (ALVES, 2012; RUFO, 2015). Depois da ocupação dos cerrados piauienses, essa região vem aumentando a produção de grãos, notadamente soja e milho em áreas consideradas estagnadas e supostamente “condenadas” ao atraso econômico.

Dessa forma, quando os primeiros agricultores se instalaram nos platôs piauienses, têm-se então uma ruptura do uso da terra, que antes era destinada ao uso comunitário para engorda do gado na época da seca, local de extrativismo vegetal, da caça e como áreas de passagem dos rebanhos bovinos dos pequenos pecuaristas e agricultores familiares para levar o gado para os chapadões localizados à margem dessas superfícies tabulares, onde havia uma fartura de pastagens naturais. A figura 3 contempla as fases da expansão da fronteira agrícola nos cerrados piauienses.

A figura 3 descreve uma proposta que contempla as fases da modernização agrícola no Estado do Piauí³. A primeira fase compreende o período entre as décadas de 1970-80, o qual foi denominado *Modernização da Agricultura*, e que caracteriza-se pela substituição da pecuária extensiva, do extrativismo e do uso comunitário pelos primeiros projetos semi-intensivos de arroz, soja e milho – é, portanto, período de instalação dos primeiros projetos de agricultura moderna influenciada pelo aumento da migração sulista, quando o incentivo do Estado mostra-se fundamental por conta da implantação de infraestrutura viária e da implantação de eletrificação rural em algumas áreas das serras do Uruçuí e do Quilombo.

Figura 3 – Fases da Expansão da Fronteira Agrícola nos Cerrados Piauienses

Fonte: Elaborado pelos autores (2019). Adaptado de Pizarro (2017).

A segunda fase, que compreende a segunda metade da década de 1990, denominou-se *Intensificação da Modernização Agrícola*, período marcado pela intensificação da ocupação dessas áreas e pelo aumento da migração sulista (MONTEIRO, 2002). Também ocorre a chegada das primeiras unidades de processamento de grãos, a instalação de balanças rodoviárias e a intensificação do uso do solo por parte das atividades modernas ligadas à agricultura.

Por fim, o terceiro período, denominado de *Intensificação da Implantação da Infraestrutura Rodoviária e de Telecomunicações (Logística de Transportes)*, compreende o período que se inicia no século XXI, ou seja, o período atual, em que percebe-se que a agricultura moderna no Sudoeste Piauiense vem se consolidando como uma das mais importantes fronteiras agrícolas do Nordeste e uma das mais recentes do país. É neste período, com efeito, que se observa o aumento da instalação de empresas agrícolas no Sudoeste Piauiense, como a Bunge Alimentos no município de Uruçuí, fato que trouxe inúmeras consequências, como o crescimento das lavouras de grãos, alteração das relações de comercialização da produção, monopolização na compra da soja, venda de fertilizantes e financiamento das safras e, finalmente, aumento dos problemas ambientais e enfraquecimento da agricultura familiar local (ALVES, 2012).

Este último período contemporâneo também foi o momento do crescimento do número de comércios e serviços voltados para a agricultura mecanizada, além do estabelecimento de infraestruturas e surgimento de indústrias complementares ao agronegócio. Este período, porém, revela-se desvantajoso, pois, de acordo com Braz (2007) com o advento do neoliberalismo, no fim da década de 1990 e início do século XXI, a inserção da economia piauiense por meio do agronegócio pode ser considerada recente em decorrência da baixa infraestrutura que forneça suporte suficiente à produção agrícola moderna. Assim sendo, considera-se que “agronegócio” piauiense ainda é um processo em consolidação.

Nesse contexto histórico e espacial, o Piauí se insere em um processo de modernização agrícola iniciado nas áreas do Cerrado brasileiro, incentivado e implantado pelo governo brasileiro na década de 1970, e caracterizado pela ocupação dos cerrados objetivando a modernização de áreas de economia agropecuárias ditas estagnadas no território nacional (MATOS; PESSÔA, 2011). Assim, de acordo com Santos (2004), cada fração do território, por mais reduzida que seja sua escala de abrangência, participa de processos hegemônicos e globalizantes, imprimindo relações diretas e indiretas com outros lugares.

Verifica-se, assim, a existência de municípios que se destacam em relação aos demais, no caso de Uruçuí e Bom Jesus, constituindo-se “cidades” do agronegócio do Piauí. Pode-se observar os dados populacionais das duas cidades do agronegócio piauiense na tabela 2:

Tabela 2 – Dados populacionais de Bom Jesus e Uruçuí (2000-2010)

Município	População 2000	População Urbana 2000	Taxa de Urbanização 2000	População 2010	População Urbana 2010	Taxa de Urbanização 2010
Uruçuí/PI	17.003	11.106	65,3%	20.149	15.505	77%
Bom Jesus/PI	15.898	10.942	68,8%	22.629	17.623	77,9%

Fonte: IBGE (2010b).

Bom Jesus e Uruçuí, nos anos compreendidos na tabela, têm experimentado crescimento populacional e uma crescente urbanização, tanto é que são os dois municípios com as maiores taxas de urbanização da região dos cerrados piauienses, juntamente com o município de Corrente (IBGE, 2010b). Atrelado a isso, Bom Jesus apresenta um total de 7.137 de endereços urbanos, sendo o município líder nesse quesito, juntamente com Uruçuí e Corrente, que possuem, respectivamente, 6.132 e 6.367 endereços urbanos.

No entanto, em termos populacionais, os municípios da porção Sudoeste do Piauí apresentam populações reduzidas em comparação à porção norte do estado, onde se localizam as principais cidades: Teresina, Parnaíba e Picos. Além disso, o conjunto de cidades da totalidade da área de estudo é marcado pela grande quantidade de municípios onde a maioria da população ainda reside na zona rural. Nesse caso, Bom Jesus e Uruçuí assumem com grande destaque o papel de cidades do agronegócio piauiense, título defendido pela primeira cidade.

Sendo assim, verificam-se transformações no uso do solo e maior efetivação da expansão da fronteira agrícola nos cerrados piauienses, que leva à tendência de modificação da relação entre campo e cidade, pois, segundo Elias (2012), quanto maior a reestruturação produtiva, acompanhada da formação de redes agroindustriais, mais complexa torna-se a relação campo-cidade. Os dois espaços passam a receber inúmeros fluxos de informações, de mercadorias e de novos agentes econômicos, como as instituições bancárias. Nos cerrados piauienses, os municípios de Bom Jesus, Uruçuí possuem quatro bancos presentes – Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Bradesco e Banco do Nordeste –, sendo no caso os municípios que mais se destacam nesse quesito.

3.1. Transformações na Economia Urbana das cidades do agronegócio do Piauí

A *economia urbana* é um dos eixos elencados na metodologia proposta por Elias (2012), que permite verificar quais são os papéis das cidades e novas funções desempenhadas pelas mesmas na região produtiva agrícola na qual estão inseridas. E esta discussão, a respeito da economia urbana, é de fundamental importância ao recorte analisado neste artigo, tendo em vista que é no ínterim das relações econômicas que as cidades do Matopiba em geral, e do Piauí em particular, expõem os efeitos da inserção destas localidades na lógica global do agronegócio. Sobre esta relação entre o agronegócio e a economia urbana, portanto, Elias (2011) destaca que:

A reestruturação produtiva da agropecuária cria demandas até então inexistentes nas áreas de difusão do agronegócio. Tais demandas incrementam o crescimento de uma série de atividades comerciais e de serviços especializados. Dessa forma, a difusão

do agronegócio não apenas amplia e reorganiza a produção material (agropecuária e industrial), como é determinante para a expansão quantitativa e qualitativa do comércio e dos serviços, especialmente dos ramos associados ao circuito superior da economia agrária. O crescimento do terciário se deve ainda ao crescimento da população e à revolução do consumo, este último erigido sob os auspícios do consumo de massa associado à existência individual e das famílias (ELIAS, 2011, p.159).

Dessa forma, de acordo com a autora, há maior valorização do setor terciário em decorrência do maior dinamismo econômico e do aumento populacional. Portanto, como aponta Elias (2017), o setor terciário das cidades do agronegócio passa a atender as necessidades do campo racionalizado e dos espaços urbanos de sua área de influência. Trata-se nesse caso, de uma nova relação campo-cidade, em virtude das demandas produtivas em torno de produtos e serviços especializados que as atividades do agronegócio globalizado exigem, como os insumos e máquinas agrícolas.

Nesse sentido, na rede urbana dos cerrados do Piauí, e as cidades com maior contingente populacional acabam se destacando, como Bom Jesus, Corrente e Uruçuí. Ressalta-se, porém, que cada uma desempenha funções diferentes no que diz respeito ao comércio e serviços e ao atendimento das demandas do agronegócio, visto que Bom Jesus e Uruçuí servem como suporte ao ramo da agricultura globalizada, e Corrente é o centro pecuário do estado do Piauí, sendo o município com maior destaque nesse setor. Miranda (2012) destaca que, no caso das cidades agrícolas presentes nos cerrados nordestinos, o urbano funciona como uma espécie de implante, cuja função é suportar os serviços ligados à agricultura voltada para o mercado exterior.

Assim, o agronegócio altera a função das cidades piauienses e influencia diretamente na modificação da hierarquia das cidades. A modernização da agricultura e a constituição de Regiões Produtivas Agrícolas exigem que as cidades se reinventem para atender suas necessidades e as dos novos agentes ligados ao agronegócio e à expansão populacional (ELIAS, 2011). Uma das pistas dessa reinvenção do papel das cidades é o fato de Bom Jesus e Uruçuí apresentarem a maior proporção de trabalhadores no setor terciário, ou seja, no comércio e serviços, ao contrário dos demais municípios, onde a maioria da população é empregada no setor agropecuário.

O município de Bom Jesus conta com 42,79% de ocupados no setor de serviços, 17% no comércio e 24,67% no setor agropecuário. Uruçuí apresenta 39,91% de ocupados no setor de serviços, 14,46% no comércio e 26,39% no ramo agropecuário (IBGE, 2010b). O setor terciário possui um peso diferenciado nas duas cidades que “rivalizam” o papel de capital do agronegócio piauiense. Essas modificações no âmbito das cidades podem ser verificadas quando se identifica o aparecimento de novos tipos de comércio ligados à agricultura, aos sulistas e ao grande capital internacional, tais como comércio de insumos e máquinas agrícolas, empresas agropecuárias, lojas de eletrodomésticos, restaurantes, imobiliárias, concessionárias e revendedoras de motocicletas, carros, e especialmente caminhonetes (BRASIL, 2005). Surgem, ainda, na esteira desta alteração das relações econômicas no âmbito citadino, novas opções no que tange à prestação de serviços e comércio local, como churrascarias, supermercados, padarias, pousadas e hotéis.

Todos esses novos tipos de comércios e serviços estão bem mais presentes nessas duas cidades do agronegócio piauiense, nesse caso, pode-se afirmar que a *economia urbana* não sofre apenas mudanças direcionadas ao setor agropecuário, como também profundas transformações em outras áreas do comércio e serviços. Estas localidades comerciais afetam diretamente a questão do consumo, tanto o produtivo (ligados aos insumos e necessidades do agronegócio) como o consumptivo, que é o consumo banal da população (SPÓSITO, 2015). Evidencia-se, assim, a tendência de transformações no consumo presente no Brasil e que influencia na estruturação dos espaços urbanos brasileiros, resultado da expansão territorial de grupos econômicos relacionados ao comércio e aos serviços pelo país, especialmente para cidades do agronegócio e cidades médias do Brasil (SPÓSITO, 2015).

Bom Jesus e Uruçuí possuem respectivamente 705 e 600 empresas atuantes, enquanto municípios como Gilbués e Monte Alegre do Piauí, possuem, respectivamente, apenas 120 e 67 empresas atuantes (IBGE, 2010b). Nesse caso, Bom Jesus e Uruçuí tornam-se centros de atração de

mão de obra, além de trabalhadores e comerciantes que migram do campo para a cidade ou até mesmo de outros estados. Quanto ao quantitativo de empregados assalariados nos municípios da área de estudo, novamente destaque para Uruçuí e Bom Jesus, que possuem, respectivamente, 3.409 e 2.457 trabalhadores assalariados⁴, número bem superior ao padrão dos outros municípios da área de estudo, com exceção de Corrente, que possui 1.395 trabalhadores ocupados. Bom Jesus é, ainda, a cidade com o maior percentual de ocupados no setor de construção civil (10,31%), inclusive pode-se observar a presença de muitos empreendimentos em construção motivados pela necessidade de construção de novas infraestruturas e equipamentos, além da expansão das áreas de moradias e de consumo.

Bom Jesus, portanto, vem sofrendo transformações na paisagem urbana com o surgimento de empreendimentos diferenciados das demais cidades, como redes varejistas e atacadistas, lojas de insumos agrícolas e universidades particulares e públicas. Bom Jesus é a cidade com o maior quantitativo de edificações em construção – a saber, 708 (IBGE, 2010b), seguido por Corrente com 491 e Uruçuí com 392 edificações em construção.

Dentre as novas dinâmicas emergentes nas cidades do agronegócio piauiense, pode-se destacar a instalação de novas empresas, especialmente as associadas ao agronegócio, e para atendimento da demanda desse setor – maquinários agrícolas, de defensivos, fertilizantes e consultoria agrícola. Nas cidades de Bom Jesus e Uruçuí há presença de empresas como a Agrosul John Deere, Jaraguá Máquinas Agrícolas New Holland e Maxum Case- Máquinas e Equipamentos – todas com serviços e revenda de máquinas de empresas multinacionais. Em Uruçuí, por exemplo, há a presença da fábrica da Bunge Alimentos, com grande destaque no cenário dos cerrados piauienses. Nas duas cidades, pode-se destacar a presença de lojas e representações comerciais de empresas agrícolas multinacionais, como a Agrex, a Cargill e a CHS, além de empresas de insumos e serviços nacionais e regionais.

Em conjunto com as modificações demográficas e na economia urbana dessas cidades, verificou-se, em trabalhos de campo, que a cidade de Bom Jesus é a que mais se destaca em relação ao comércio e serviços diferenciados e modernos. Substituindo o padrão ‘materiais para construção’ ou ‘casa de construção’, surgem as lojas com status mais modernos, agora denominadas “Home Center”, evidenciando um padrão totalmente diferenciado das demais cidades da área de estudo e, de certa forma, expondo a tentativa de transmissão de que a modernidade e o progresso se instalam em Bom Jesus.

Além disso, em Bom Jesus e Uruçuí estão presentes alguns tipos de comércios e serviços em razão da presença do agronegócio e, conseqüentemente, do maior dinamismo econômico. Pode-se citar alguns comércios específicos das cidades do agronegócio: boutiques de vendas de roupas de marcas, instituições de ensino de língua estrangeira, pizzarias, lojas de vendas de peças e acessórios de automóveis, como máquinas pesadas, caminhões e caminhonetes.

A oferta de tais comércios e serviços específicos, bem como o tamanho físico da cidade – em expansão e recebendo novos agentes – torna Bom Jesus completamente diferenciada em relação às demais áreas urbanas ao seu redor, até mesmo em relação à cidade de Uruçuí. Desta maneira, essa cidade passa tanto por um processo de reestruturação urbana, visto que alterou suas funções e exercendo maior centralidade no contexto regional, como de uma reestruturação do seu corpo (reestruturação da cidade), com mudanças no seu interior, nas suas formas e na sua paisagem.

4. CONCLUSÕES

O projeto de modernização agrícola brasileira faz parte de uma dinâmica internacional, onde os discursos de modernidade prevalecem sobre as reais mudanças e em um desenvolvimento pleno e equilibrado no que diz respeito à economia e aos aspectos sociais. Nota-se que o Estado tem papel primordial no atendimento das demandas e dos interesses de agentes hegemônicos, e isso pode ser notado no Matopiba, que é uma região construída através do discurso de que o agronegócio levaria o progresso e o desenvolvimento para a população local.

No entanto, observa-se que as mudanças econômicas são restritas a alguns municípios e a uma pequena parcela da população, onde as grandes empresas e agricultores são os maiores beneficiados. Nesse caso, o planejamento e desenvolvimento regional no Brasil são essencialmente baseados em grandes atividades e não no desenvolvimento dos lugares e na melhoria da qualidade de vida das pessoas. O que deixa uma grande preocupação em torno no papel do Estado, e sua relação com o mercado e as instituições comerciais e financeiras, pois não se observa a construção de um plano próprio desse agente, mas sim de um plano construído com base nas necessidades de corporações e não necessariamente das necessidades da população local.

O Matopiba e o crescimento da importância das cidades do agronegócio, como Luís Eduardo Magalhães na Bahia, Bom Jesus no Piauí e Balsas no Maranhão, evidencia a tendência de surgimento de novos contextos e centralização de certas ações econômicas, de equipamentos urbanos e infraestrutura e de atração de mão de obra em cidades do interior do país, aumentando a importância de certas cidades médias e de pequeno porte no Brasil.

Entretanto, essas cidades ainda obedecem a uma ordem externa e são construídas para dar suporte ao agronegócio, visando o atendimento de demandas nacionais e internacionais. Além disso, apresentam inúmeros processos contraditórios, especialmente na escala intraurbana, como no surgimento de bairros periféricos e de alto padrão, além da ampliação das mudanças na economia urbana. Pode-se afirmar que as cidades do agronegócio do Matopiba são ricas, em virtude do maior dinamismo econômico, porém pobres, ao revelarem muitas contradições socioespaciais.

No Piauí, entre as duas cidades do agronegócio, observa-se um grande protagonismo da cidade de Bom Jesus em virtude da reestruturação que esse centro urbano vem passando, da grande atração de mão de obra e diversificação da economia urbana, com grande destaque para o setor de comércio e serviços. Bom Jesus, nesse caso, é reflexo do que vem acontecendo em relação às transformações socioeconômicas no Matopiba. Essa cidade mostra além de uma reconfiguração dos seus aspectos físicos, uma alteração na sua funcionalidade, pois, ao mesmo tempo que possui o papel de atender às demandas do agronegócio, também vem ampliando o seu papel em razão da atração de infraestrutura e de equipamentos urbanos, como universidades, bancos e instituições comerciais e financeiras.

NOTAS

¹ Araguaína é a cidade da pecuária moderna tocantinense. Em relação à agricultura moderna, pode-se destacar que Porto Nacional, Palmas e Dianópolis são municípios que se destacam em torno da produção agrícola e desenvolvimento do agronegócio na região dos cerrados tocantinenses.

² Segundo Pessôa (2013), o oeste baiano foi alvo da segunda etapa do Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro de Desenvolvimento Agrícola da Região dos Cerrados (PRODECER), especialmente no fim da década de 1980.

³ Essa periodização proposta foi baseada nos trabalhos de Alves (2012), Monteiro (2002) e Haesbaert (1998) e até mesmo em saídas de campo realizadas em dezembro de 2014 e Julho de 2015 na área de estudo.

⁴ Dados de 2013 do cadastro central de empresas. Fonte: IBGE Cidades.

REFERÊNCIAS

ALVES, V. E. L. Modernização agropecuária e urbanização na região de cerrados do Centro Norte do Brasil: as novas dinâmicas urbanas no oeste da Bahia. *In*: ALVES, V. E. L. **Modernização e regionalização nos cerrados do Centro-Norte do Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015. cap. 9, p.227-268.

ALVES, V. E. L. A Consolidação da Fronteira Agrícola na Região Centro-Norte do Brasil e as Transformações nos Espaços Rurais e Urbanos. *In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS*, 17, 2012, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte - MG: ENG, v. 1, 2012. p.1-10.

ALVES, V. E. L. Barreiras (BA), Balsas (MA), Uruçuí (PI): três cidades para o agronegócio. *In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA*, 3, 2005, Presidente Prudente. **Anais [...]**. Presidente Prudente: Simpósio Nacional de Geografia Agrária, 2005.

ARAÚJO, T. B. A experiência de planejamento regional no Brasil. *In: LAVINAS, L. et al. Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil*. São Paulo, Hucitec, 1993.

BRASIL. Decreto nº 8.447 N° 8.447, de 6 de maio de 2015. Dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Mapitoba e a criação de seu Comitê Gestor. **Diário Oficial da União Brasília**, DF, 7 mai. 2015. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=2&data=07/05/2015>. Acesso em: 07 mai. 2015.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Zoneamento Ecológico-Econômico da bacia do Rio Parnaíba: um foco nos cerrados do sul do Piauí e Maranhão: subsídios para o diagnóstico**. Brasília: MMA, 2005.

BRAZ, M. Inserção Desvantajosa, atraso e subordinação das políticas de desenvolvimento na economia piauiense. **Texto de Discussão**, Teresina, v.1, n.12, 2007.

CARLOS, A. F. A. A natureza do espaço fragmentado. *In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A.; SILVEIRA, M. L. (org.). Território: Globalização e fragmentação*. 4.ed. São Paulo: Hucitec, 1998. p.191-197.

CASTILHO, D. **Modernização territorial e redes técnicas em Goiás**. Goiânia: Editora UFG, 2016.

CORREA, R. L. Algumas Considerações sobre a Análise Regional. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, n.4, v. 49, 1987. p. 47-52.

ELIAS, D. Construindo a noção de Região produtiva do agronegócio. *In: Oliveira, H. C. M; CALIXTO, M. J. M; SOARES, B. R. Cidades Médias e Região*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017. p.19-55.

ELIAS, D. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Pará, n.2, v.13, p.153-167, 2011.

ELIAS, D. Relações campo-cidade, reestruturação urbana e regional do Brasil. *In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA*, 12, 2012, Bogotá- Colômbia. **Anais [...]**. Bogotá-Colômbia: Universidad Nacional de Colômbia, 2012. p.1-16.

ELIAS, D. Ensaio sobre espaços agrícolas de exclusão. **Revista NERA (UNESP)**, Presidente Prudente (SP), v.1, n.8, p.29-51, 2006a.

ELIAS, D. Globalização e fragmentação do espaço agrícola no Brasil. **Scripta Nova**, Barcelona-Espanha, v. 1, p. 59-81, 2006b.

ELIAS, D; PEQUENO, R. Desigualdades socioespaciais nas cidades do agronegócio. **Revista Brasileira Estudos Urbanos e Regionais**, Pará, v.9, n.1, p. 25-39, 2007.

GOMES JUNIOR, E. **Fronteira e reestruturação produtiva na Amazônia brasileira (2003-2013):** um estudo sobre a mudança na hierarquia urbana do município de Araguaína (TO) na Amazônia oriental. 2015. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2015.

HAESBAERT, R. Região, regionalização e regionalidade: questões contemporâneas. **Revista Antares (Letras e Humanidades)**, Caxias do Sul-RS, n.3, 2010.

HAESBAERT, R. A noção de rede-regional: reflexões a partir da migração “gaúcha” no Brasil. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano III, n. 4, 1998.

HORTA, C. A. C. Escala espacial e Geografia: pela transposição da região. **Revista GEOgrafias**, Belo Horizonte - MG, v. 9, p. 87-103, 2013.

IBGE. **Estimativas da população residente nos municípios brasileiros com data de referência em 1º de julho de 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

IBGE. **Sinopse do Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010a.

IBGE. **Censo Demográfico de 2010: Retratos do Brasil e do Piauí**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010b.

IBGE. **Regiões de influências das cidades 2007 (REGIC)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

IBGE. **Sinopse do Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

MATOS, P. F.; PESSÔA, V. L. S. Territorialização do Agronegócio nas áreas de cerrado. *In*: PORTUGUEZ, A. P.; MOURA, G. G.; COSTA, R. A. (org.). **Geografia do Brasil Central: Enfoques teóricos e particularidades regionais**. Uberlândia: Assis, 2011. p. 235-264.

MATOS, R. Das grandes divisões do Brasil à ideia do urbano em rede tripartite. *In*: MATTOS, R. (org.). **Espacialidades em rede: população, urbanização e migração no Brasil contemporâneo**. Belo Horizonte: Editora Com Arte, 2005. p.17-56.

MIRANDA, H. Expansão da agricultura e sua vinculação com o processo de urbanização na Região Nordeste\ Brasil (1990-2010). **EURE**, Santiago- Chile, v.38, n.114, p.173-201, 2012.

MONTEIRO, M. S. L. **Ocupação do cerrado piauiense: estratégia empresarial e especulação fundiária**. 2002. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2002.

MOREIRA, R. A nova divisão territorial do trabalho e as tendências de configuração do espaço brasileiro. *In*: MOREIRA, R. **Formação Espacial Brasileira: uma contribuição crítica à Geografia do Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência, 2012.

PESSÔA, V. L. S. O Cerrado, antes dos “inhambus, das juritis, das seriemas” agora do agronegócio? *In*: FERREIRA, A.; RUA, J.; MARAFON, G. J.; SILVA, A. C. P. (org.). **Metropolização do espaço: gestão territorial e relações urbano-rurais**. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2013.

PIZARRO, R. E. C. **O agronegócio e a produção do espaço da Região de Planejamento Sudoeste Goiano**. 2017. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

ROCHA NETO, J.M; BORGES, D. F. As assimetrias entre as políticas setoriais e a política de planejamento regional no Brasil. **Revista Brasileira de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.6, n.45, p.1639-154, 2011.

RUFO, T. F. **A inserção dos cerrados piauienses na dinâmica da agricultura moderna do Brasil Central: transformações na rede urbana do Sudoeste do Piauí**. 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

SANTINHA, G. O princípio de coesão territorial enquanto novo paradigma de desenvolvimento na formulação de políticas públicas: (re)construindo ideias dominantes. **Revista Eure**, Santiago- Chile, v. 40, n.119, p.75-97, 2014.

SANTOS, M. A totalidade do diabo: como as formas geográficas difundem o capital e mudam as estruturas sociais. *In*: SANTOS, M. A. **Economia Espacial**. São Paulo: EdUSP, 2003, p.187-202.

SANTOS, M. O espaço e seus elementos- questão de método. *In*: SANTOS, M. **Espaço e Método**. EdUSP, 2004. p.15-33.

SILVA, J. G. O Novo Rural Brasileiro. **Revista Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 7, p. 43-81, 1997.

SILVEIRA, M. L. O espaço geográfico: da perspectiva geométrica à perspectiva existencial. **GEOUSP- Espaço e Tempo**, São Paulo, n.19, p. 81-91, 2006.

SPÓSITO, M. E. B. Metropolização do espaço: cidades médias, lógicas econômicas e consumo. *In*: FERREIRA, Á.; RUA, J.; MATTOS, R. C. (org.). **Desafios da metropolização do espaço**. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2015.

Data de submissão: 09.06.2018

Data de aceite: 10.06.2020

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.